

Doutrina

1. IFRS, Contabilidade Tributária e Tributação: Relação entre a Faticidade Econômica e Tributária
André L. Costa-Corrêa e Marcelo Borghi..... 5
2. Possibilidade de Compensação do Impuesto a la Renta de los No Residentes – IRNR Uruguaio com o Imposto sobre a Renda Brasileiro
Edison Carlos Fernandes 73
3. O IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados como Ferramenta Reguladora de Mercado
Marcia dos Santos Gomes 81
4. O Direito à Isenção do Imposto de Renda sobre os Proventos e Pensões dos Portadores de Doenças Graves e Irreversíveis: na Busca por uma Interpretação Justa e Igualitária do Ordenamento Jurídico
Raphael Silva Rodrigues..... 89
5. PIS/Cofins e PIS/Cofins-Importação Incidentes à Empresa de Importação, Industrialização e Revenda Nacional de Embalagens Preforma
Renato Melón 103
6. A Inconstitucionalidade do Regime de Tributação Antecipada de ISS sobre Eventos Realizados no Município do Rio de Janeiro
Pedro Augusto de Almeida Mosqueira..... 116

Jurisprudência

1. Supremo Tribunal Federal – Imposto Sobre Serviços. Serviços de Registros Públicos, Cartorários e Notariais. Alíquota. Caráter Infraconstitucional da Controvérsia. Ausência de Repercussão Geral
Rel. Min. Roberto Barroso 133
2. Superior Tribunal de Justiça – Verbas Recebidas em Reclamatória Trabalhista. Juros de Mora. Incidência de Imposto de Renda. Possibilidade
Rel. Min. Humberto Martins 135
3. Superior Tribunal de Justiça – Contribuição Previdenciária. Responsabilidade. Construção de Condomínio Residencial. Falência da Construtora. Obra Retomada por Condôminos. Débito Anterior. Ressalva Legal. Art. 30, VII, da Lei nº 8.212/91. Expedição de CND. Cabimento
Rel. Min. Og Fernandes..... 140

4. Superior Tribunal de Justiça – Execução Fiscal. Penhora. Bem Imóvel. Recusa da Fazenda Pública. Possibilidade. Ordem de Indicação Inobservada. Penhora de Bens em Nome das Filiais. Possibilidade
Rel. Min. Humberto Martins 146
5. Tribunal de Justiça do Distrito Federal – Venda de Veículo. Comunicação da Venda ao Órgão Competente. Atendimento à Determinação Contida no § 2º do Art. 8º do Decreto Distrital nº 16.099/94. Alteração Posterior da Norma pelo Decreto nº 24.342/03 que Não se Aplica ao Recorrido. Princípio *Tempus Regit Actum*. Responsabilidade Afastada. Inscrição Indevida na Dívida Ativa. Dano Moral Configurado
Rel. Juiz Leandro Borges de Figueiredo 156
6. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro – Isenção de Pagamento de IPTU. Viúva de Ex-Combatente na Segunda Guerra Mundial. Art. 61, XI, da Lei Municipal nº 691/84. Modificação da Legislação. Restrição do Direito. Impossibilidade
Rel. Des. Mauro Pereira Martins 158
7. Tribunal de Justiça de São Paulo – Seguro de Veículo. Perda Total do Veículo. Tributos Incidentes sobre o Veículo após o Sinistro. Ausência de Comunicação da Perda Total do Veículo ao Detran. Pretensão de que a Seguradora Ré Fique Responsável pelos Tributos. Inadmissibilidade. Art. 11 da Lei Estadual nº 6.606/89
Rel. Des. Gilberto Leme..... 165